

PETIÇÃO Nº 1833/XIII/2º

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	José Manuel Rodrigues de Abreu
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	Passaporte Nº                      válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Solicito Referendo sobre a as 85 obras de Joan Miró, como espólio da dívida do BPN, que pertence ao estado, como obras de arte em litigio juridico á 2 anos se deve ou nao ser vendido em leilao internacional ou ficar em exposiçao num centro de exposiçao nacional de arte
Texto da sua Petição:	<p>Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Exmº Senhor Presidente da Republica, Exmº Senhor Primeiro Ministro Exmº Senhor Ministra da Justiça Exmº Senhor Ministro das Finanças Exmº Senhor Ministro da Cultura Exmos Senhoras e Senhores Deputados, Atualmente a conclusão dos diversos resultados das falências dos bancos portugueses, cujo seus patrimónios imobiliários e artísticos eram numerosos, de nada esta a beneficiar o estado português a não ser o aumento anual da sua dívida publica, e mesmo assim em nome da cultura, está em processo no tribunal Administrativo de Lisboa a venda das 85 obras de arte do pintor e escultor Joan Miró, que o governo quer vender num leilão em Londres, para abater da dívida publica, mas que por oposição de alguns, talvez liderada por fundações e museus nacionais que consideram e defendem em nome da cultura de salvaguardar este monopólio artístico em Portugal, sem por isso já que representam poderes artísticos nacionas ofertas ou donativos monetárias como mecenas para comprar num interesse publico estas valiosas obras de arte, já que estes mesmos centros de arte beneficiam anualmente do orçamento de estado, valiosas contribuições para sustentar a actividade cultural destes centros de arte, porque tal como já está a decorrer na cidade do Porto para que estas obras fiquem na Fundação Serralves, sem nenhuma garantia ou beneficio algum no abatimento da dívida publica com as estas exposições patentes nas suas fundações. Sendo assim, apenas o cidadão comum, com percentagem maioritário, no pagamento da dívida pública, do direito ao voto nesta matéria e decidir se as referidas obras de arte, ficam em museus nacionais ou são para liquidar parte substancial da dívida pública, já que os tribunais demoram a decidir-se, e tendo em conta que as contribuições destes contribuintes do sector privado, ao longo de 40 anos de trabalho, sem qualquer relação direta com o endividamento publico, de algum poder votar sobre esta dívida publica, criada pelo BPN, e seus espólios, para decidir-se se deve ou não acabar com esta dívida publica o mais rapidamente possível, pelo fato que outros bancos (CGA) também em possibilidade de insolvências, já que tiveram de reforçar seu capitail social, poderão ter o mesmo fim</p>

com os seus espólios artísticos, também poderão desaparecer ou então ficar de exposição, e como resultado que será de novo apenas o simples contribuinte a pagar sempre do seu magro bolso, os erros cometidos pelos administradores, que "infelizmente com pequenos salários de administradores, tiveram de os centuplicar, porque não condiziam com os seus méritos profissionais e responsabilidades pelos lucros obtidos pelos bancos, mesmo que de falência falamos, e sabendo que a Caixa Geral de Depósitos detém inúmeras obras de artes de grandes artistas nacionais e estrangeiros, e que agora existe graves problemas de tesouraria, e estando uma auditoria em curso seja feito urgentemente um inventario destas obras, e que seja oficializado, visto que o banco também é publico, devendo o governo promover a protecção desta colecção através de uma abertura de um procedimento de classificação, sujeitando também estas obras e de outras a uma protecção legal. Neste sentido, Solicito que seja posto em debate nesta Câmara da necessidade e da urgência em que seja pedido a nível nacional um referendo sobre se devem ou não estas obras de arte e outras que possam também a vir a estar a ser vendidas em leiloes apos um debate democrático em que não seja penas analisado o conteúdo cultural, mas também o progresso nacional para igualdade de oportunidades e que não seja só os menos favorecidos a pagar as contenções e erros de politica social e económica em Portugal , e colocando esta petição para obter a comunicação sobre posição do Exmº Senhor Presidente da Assembleia da republica, Exmº Sr Presidente da República, Exmº Sr Primeiro Ministro, do Exmº Sr Ministro das Finanças, Exma Ministra das Justiça, de Exmº Ministro da Cultura, do Exmas Sras e Srs Deputados, quanto ao teor desta petição. Com os mais elevados cumprimentos José Manuel Rodrigues de Abreu.